



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

PARECER JURÍDICO **LCR – 019/2021**

EMENTA: Projeto de Lei nº 1.115/2021, que Dispõe sobre a denominação da Praça localizada no Bairro Jardim Bela Vista.

Instado a me manifestar, por imposição regimental, através de nos termos do art. 226, do RICM, sobre a viabilidade de tramitação do **Projeto de Lei nº 1.115/2021, que Dispõe sobre a denominação da Praça localizada no Bairro Jardim Bela Vista**, passo a opinar, com as seguintes considerações:

O presente Projeto, de Autoria do Senhor Vereador **ELTON BARALDI**, em Coautoria com o Senhor Vereador **LUIZ CARLOS MANGALHÃES SILVA** visa nominar o A Praça localizada no Jardim Bela Vista, situada na Avenida dos Lagos, esquina com Avenida Ipê, de "**PRAÇA MANOEL SOUZA DA SILVA**".

Como se vislumbra, às fls. 002, os Autores expõem, em sua Justificativa, as razões que justificam a criação de Praças Públicas, sem, no entanto, justificar as razões da homenagem.

Apresentam, ainda às fls. 002/004, a Biografia do homenageado.

Da análise, ressaltou-se que o presente Projeto se encontra amparado pela Lei 975/2007 e suas alterações, o que lhe confere a le-



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

galidade necessária.

A iniciativa e a competência do Projeto de Lei atende ao disposto no Regimento Interno, art. 89, combinado com o artigo 37 *caput*, da Lei Orgânica Municipal.

Entretanto, o artigo 95, § 4º, do RICM, assim disciplina:

Art. 95. O projeto será encaminhado à Mesa e anunciado, durante o Primeiro Expediente, podendo ser lido pelo Secretário, a requerimento de qualquer Vereador, se deferido pelo Presidente.

(...)

§ 4º Fica vedada a deliberação de Projeto de Lei de denominação de próprios municipais cujas obras ainda não tenham sido iniciadas. (grifei)

Este parecerista não tem notícia se as obras da referida "Praça", já se iniciaram, razão pela qual observa que, caso ainda não tenham se iniciado, o presente projeto não poderá seguir o seu trâmite regular, por expressa vedação do dispositivo legal acima elencado.

Desta forma, após o encaminhamento do Projeto de Lei para Leitura em Plenário, que não se configura ato de deliberação, o mesmo deverá permanecer na Secretaria Legislativa, aguardando o início das obras de implantação do aludido Distrito, devendo caber aos Autores a incumbência de informar quando do início das aludidas obras e requerer a tramitação do presente PL.

Assim, após vencida essa etapa, recomendo que seja o presente Projeto de Lei encaminhado à Comissão de Justiça e Re-




CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

dação, a quem cabe analisar acerca de sua pertinência, devendo o mesmo tramitar regularmente.

Desta forma, não encontrando nenhum óbice legal que o impeça, opino **favoravelmente** ao trâmite regular do presente feito.

É o meu parecer.

Primavera do Leste, 01 de março de 2021.


Luiz Carlos Rezende
OAB/MT 8987-B
Assessor Jurídico